

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL**

**OS APRENDIZES DO ARSENAL DE GUERRA –
PORTO ALEGRE 1860 A 1870**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Simone Becker Ferreira

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**OS APRENDIZES DO ARSENAL DE GUERRA –
PORTO ALEGRE 1860 A 1870**

Simone Becker Ferreira

Monografia de Conclusão de Especialização em História do Brasil apresentado ao Curso de Especialização - História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Especialista em História do Brasil**

Orientador: Prof. Dr. Luis Augusto Farinatti

Santa Maria, RS, Brasil.

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Especialização – História do Brasil**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Conclusão de Especialização

**OS APRENDIZES DO ARSENAL DE GUERRA – PORTO ALEGRE 1860
A 1870**

elaborada por
Simone Becker Ferreira

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em História do Brasil

COMISSÃO EXAMINADORA:

Luis Augusto Ebling Farinatti, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

André Átila Fertig, Dr. (UFSM)

Nikelen Witter Acosta, Dr^a (UNIFRA)

Santa Maria, 30 de novembro de 2011.

RESUMO

Monografia de Conclusão de Especialização
Programa de Pós- Graduação em História
Especialização em História do Brasil
Universidade Federal de Santa Maria

OS APRENDIZES DO ARSENAL DE GUERRA – PORTO ALEGRE 1860 A 1870

AUTOR: Simone Becker Ferreira

ORIENTADOR: Luis Augusto Farinatti

Data e Local de Defesa: Santa Maria, 30 de novembro de 2011.

A presente pesquisa é uma análise documental junto a uma reflexão historiográfica acerca da Escola de Aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, em meados dos oitocentos, especificamente recortado entre 1860 e 1870. O mesmo objetivou investigar e perceber a importância dessa escola na relação de poder entre o Estado e a sociedade que se constituía então. Para a análise foram utilizados as correspondências e ofícios do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, localizados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul(AHRS), além da historiografia referente ao tema. Período em que a sociedade brasileira passava por transformações políticas, sociais e econômicas esta escola buscava capacitar e orientar esses meninos que formariam essa nova sociedade.

Palavras- Chave: Aprendizes. Arsenal de Guerra. Escola. Porto Alegre - RS.

ABSTRACT

Conclusion Monograph Paper
Post-graduation Program on History
Specialization on History of Brazil
Federal University of Santa Maria

APPRENTICES OF THE ARSENAL OF WAR – PORTO ALEGRE 1860 TO 1870

AUTHOR: Simone Becker Ferreira

ADVISOR: Luis Augusto Farinatti

Date and local of Defense: Santa Maria, November 30th 2011.

The work that follows in the next part of the review pages of documents along with a reflection on the historiography of the Apprentice School War Arsenal Porto Alegre, in the early eighteen hundreds, specifically cut between 1860 and 1870. The aim is to investigate and understand the importance of this school in the power relationship between state and society that was then. Period in which Brazilian society was undergoing political, social and economic - as the strengthening of the abolitionist movement and the army was seeking a higher valuation, as well as the formation of national identity - this school sought to train and guide these children who form this new society.

Key words: Apprentices. Arsenal of war. School. Porto Alegre – RS.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 A ESCOLA DE APRENDIZES DO ARSENAL DE GUERRA: O CAMINHO DO TEMA	8
2 MENINOS QUE SE TRANSFORMAM EM APRENDIZES	10
3 O ESPAÇO E O MEIO NO ARSENAL DE GUERRA	18
4 PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO E DA SOCIEDADE	21
5 O EMBATE ENTRE PAIS E O PRESIDENTE DA PROVÍNCIA	27
6 O EXÉRCITO, O ESTADO E A ESCOLA	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35
ANEXOS	38

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa buscou entender a importância da Escola de Aprendizes de Porto Alegre, tanto para o Exército como para o Estado. No período delimitado entre 1860 e 1870, marcado por inúmeras transformações sociais, o espaço da escola teve grande procura de pais e tutores pobres. Esta pesquisa, através da análise das fontes documentais, percebeu que esta instituição foi uma importante ferramenta de ordenamento da sociedade e formação de mão de obra e praças para o Exército.

O trabalho se desenvolve partindo do 1º Capítulo: *A escola de Aprendizes do Arsenal de Guerra: O caminho do tema*, este capítulo que traz como fiz o recorte da pesquisa e que influencias tive na escolha do tema.

O segundo capítulo, *Meninos que se transformam em aprendizes*, aborda a forma de ensino, a quantidade de educandos da escola, forma de custeio e ingresso dos educandos. No terceiro capítulo, *O espaço e o meio no Arsenal de Guerra*, fazemos observações sobre o espaço em que esta escola está inserida, ou seja, o Arsenal de Guerra. Além do espaço o capítulo também abrange as pessoas que vivem e rodeiam os meninos do arsenal de Guerra. O quarto capítulo, *Profissionalização do Exército e da Sociedade*, aborda as transformações sociais do período e a importância dada pelo estado a escola.

Em *Aprendizes soldados versus soldados aprendizes*, apresenta a conclusão do ensino dos educandos e o destino que teriam findada a escola, abordando também a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

No capítulo, intitulado *O embate entre pais e o presidente da província*, trabalha o contexto da Guerra do Paraguai e o aumento do número de meninos que estavam prontos para assentar praças em diferentes corpos do exército. Esse aumento tem como reflexo o aumento de pais e responsáveis que buscam resgatar seus tutelados, mas que em função de serem pobres e do regulamento da escola, não há casos de sucesso, nestas tentativas.

No último capítulo apresentamos as três instituições e as relações de poder existente entre elas, e por fim as considerações finais.

1 A ESCOLA DE APRENDIZES DO ARSENAL DE GUERRA: O CAMINHO DO TEMA

O presente estudo é baseado nos documentos da Escola de Aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, no período de 1860 a 1870, encontrados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul em Porto Alegre. A pesquisa é continuidade do trabalho desenvolvido para a graduação em História. O gosto pelo tema é fruto da junção de minha identificação com crianças e jovens e a sugestão dos professores Luís Augusto Farinatti e Nikelen Witter em trabalhar a Escola de Aprendizes do Arsenal de Guerra em Porto Alegre já que, até o momento, este tema havia sido pouco trabalhado. Minha adoração por crianças e meu desconhecimento histórico no início de minha formação fizeram com que tivesse curiosidade quanto à historicidade do cuidado em relação à infância. Esta curiosidade também teve influência de outra professora importante na escolha de minha pesquisa acadêmica, Paula Simone Bolzan, quando trabalhou em aula um texto de Fábio Pestana Ramos (1999 – *A História Trágica Marítima das crianças nas embarcações Portuguesas do século XVI*, apud PRIORE, 1999) que abordava a falta de zelo pela fase da vida denominada infância nas embarcações portuguesas. O debate feito em aula suscitou o quão histórico era a infância.

De fato a primeira ideia de pesquisa histórica foi de entender como se davam os cuidados com a infância. Porém, foi tomando contornos muito distintos do que se imaginava. O desejo inicial era de entender ou até mesmo dar voz à história da infância no Brasil, considerando as inúmeras circunstâncias pelas quais esta passou: a miscigenação da cultura europeia com a indígena; a educação jesuíta; além da dicotomia existente entre o ensino destinado à elite e à população em geral. No entanto, todos estes enfoques já haviam sido trabalhados de alguma forma, dentro da historiografia brasileira, por Mary Del Priore (1999), Maria Luiza Marcílio (2006), Renato Pinto Venâncio (1990), Jurema Guertz (1990), Fábio Pestana Ramos (in Priore, 1999), entre outros.

Nesse contexto, em meu trabalho final de graduação, busquei desvendar a origem dos educandos da Escola de Aprendizes do Arsenal de Guerra, sua relação com a roda dos expostos, o ensino destinado a eles e se houve casos de educandos que foram enviados à Guerra da Tríplice Aliança. Para a monografia da especialização em História do Brasil, parti das situações do trabalho anterior. Porém, com a intenção de descobrir se essa escola tinha também a intenção da profissionalização das bases do exército, constituída, em grande

medida, por pessoas marginalizadas e criminosos. Profissionalização inserida no contexto definido como:

aquele processo pelo qual um grupo de indivíduos adquire um conjunto de habilidades e conhecimentos técnicos e se organiza em uma instituição com normas e regimentos próprios que o separam dos outros grupos e das outras instituições presentes na sociedade (PASQUINO apud BOBIO, p 750).

Esta profissionalização entendida no processo de construção de uma identidade nacional e do fortalecimento do Estado Nacional. Como também relacionar à preparação dada aos menores para o trabalho no contexto de fortalecimento do movimento abolicionista, que gerava a necessidade de uma reorganização no mercado de trabalho e mão de obra. Segundo Faria Filho (2000) a instrução elementar era vista pelo governo pelas elites brasileiras como forma de indicar os melhores caminhos para as classes inferiores da sociedade. O autor cita um trecho de um jornal mineiro que explicita essa visão “*O Universal, em 1825: [...] é preciso que o povo [...] seja instruído para que faça a escolha certa* (LOPES, 2000, p 137,)”.

A Escola de Aprendizes do Arsenal de Guerra se insere no intuito do Estado Imperial brasileiro de fortalecer seu poder perante a sociedade que se formava, contribuindo desta forma para construção de uma nação brasileira e um Estado Nacional (FARIA FILHO, 2000).

Assim, nesta pesquisa, o espaço da Escola de Aprendizes dentro do Arsenal de Guerra do Exército tem o intuito de buscar entender, relacionar e refletir a respeito da ligação entre essa escola, que será a primeira destinada aos pobres do Brasil Imperial, e a profissionalização do Exército. Outra questão que busco relacionar com esta escola é a do mercado de trabalho, que no período delimitado está em processo de transformação, em função de vários fatores, sendo o mais importante o movimento abolicionista. É neste mesmo período em que a escola cresce tanto em requerimentos de pais e tutores para ingresso de seus filhos, como de atenção dada a esta por parte do Estado, foi também o período em que o exército fortalece sua luta por uma legislação que os contemple, além de um fortalecimento do sentimento de grupo discriminado do período.

2 MENINOS QUE SE TRANSFORMAM EM APRENDIZES

A partir da análise dos documentos da Escola de Aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, entre 1860 a 1870, encontrados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul de Porto Alegre (AHRGS), percebemos quem eram os educandos, como eram admitidos e instruídos. Esses documentos são constituídos de ofícios entre o diretor da Escola do Arsenal de Guerra e o Presidente da Província, além desses também foram analisados mapas das classes dos educandos com o número de meninos e suas origens; informativos ao presidente da província dos acontecimentos do Arsenal e dos educandos; requerimentos de vagas por tutores e pais aceitos pelo diretor do arsenal; relações de desenvolvimento na instrução elementar, idade, ofício e nome dos educandos e algumas inspeções médicas, entre outros documentos referentes ao funcionamento do próprio Arsenal de Guerra. Nos mapas das classes foi possível observar o número de alunos totais, ausentes e doentes.

A Escola de Aprendizes do Arsenal de Guerra estava dividida em duas classes. Uma era denominada *Geral* e a outra *Provincial*, sendo que os meninos que pertenciam à primeira classe tinham seus estudos custeados pelo Império e os que pertenciam à segunda classe, pela Província. Entretanto, pelos relatórios de aproveitamento pode-se perceber que essa divisão de fato só ocorria em relação ao custeio de cada educando, já que nos citados relatórios, os meninos das duas classes aparecem tendo aulas juntos, tanto nas aulas de ofício quanto nas de instrução que estavam recebendo (Maços 1860 AG, AHRS).

Os mapas da Classe Provincial eram mais detalhados constando a origem social e a quantidade de vaga destinada a cada grupo, sendo setenta vagas, destas dez eram para indígenas, vinte aos expostos das Câmaras Municipais e quarenta para meninos de origem pobre. Nas Relações de desenvolvimento na instrução elementar, idade, ofício e adiantamento de instrução dos educandos foi possível ver as idades de cada um dos meninos, o desempenho na instrução básica e ofício de cada um. Enquanto que o mapa da Classe Geral faz referência apenas aos menores e aos ausentes, que estão enfermos. Além destas fontes, também foi utilizado os relatórios dos Presidentes de Província do período, e o estudo das obras sobre este tema em outras províncias do Império.

Ao analisar esses documentos, é possível perceber que a maioria dos educandos era proveniente das camadas pobres da sociedade, geralmente, enviados por suas mães, pais ou tutores, sendo poucos os meninos provenientes da casa da roda, designados nos documentos como expostos das Câmaras Municipais, como se supunha primeiramente. Segundo Marcílio

e Venâncio, tais escolas tinham sido criadas como forma de dar um destino aos meninos desvalidos das Casas da Roda (MARCÍLIO, 2000; VENÂNCIO in PRIORE, 1999). Venâncio explica que este primeiro intuito, ocorreu em função de que tais escolas seguiam os moldes portugueses das companhias de aprendizes, mas que, no entanto, assim como em Portugal também aqui no Brasil os meninos expostos eram desnutridos e fracos, perecendo facilmente (VENÂNCIO apud PRIORE, 1999).

Também foi verificado um grande número de pedidos de mães, pais e tutores que enviavam seus filhos para a escola do Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Na verdade, o número de requerimentos de vagas para a escola de aprendizes é dominado pelas mães dos meninos. Das setenta solicitações de vaga por pais e tutores, entre os anos de 1860 a 1866, trinta e nove são solicitadas pelas mães dos meninos, o restante é de pais e tutores¹. Ou seja, 55% destas solicitações eram feitas por mulheres, que provavelmente viam nesta escola uma forma de ascensão social para seus filhos. É interessante notar que estes pedidos foram feitos pela figura feminina, o que no período Imperial é curioso. Pois, na época, a família era dirigida normalmente pelo marido/homem da família, juridicamente falando. Poder-se deduzir que essas mães são viúvas ou mães solteiras ou, então, vivem separadas de seus maridos? Ambos os casos provavelmente personificam essas mães. No entanto, não devemos esquecer que essa forma familiar, marido, esposas e filhos, configuram a versão burguesa de família², já entre as camadas pobres as famílias muitas vezes eram formadas apenas por mães e seus filhos.

Além deste dado interessante, outro que devemos apontar é o fato de que a partir de 1866 o número de solicitações de vaga para a escola de aprendizes praticamente para de existir havendo dentre os documentos analisados nos anos de 1867 apenas três, e sem encontrarmos outros até 1870. O curioso deste dado é que, ao contrário de solicitações de admissão, neste período encontramos os responsáveis destes meninos solicitando sua saída da escola. Como esse período foi marcado pela Guerra do Paraguai, é provável que, essa situação tenha ocorrido em função da guerra. Havendo duas opções para tal situação, a primeira sendo que, talvez pelo esforço de guerra, a escola parou de receber mais aprendizes, pois estava voltada para a guerra, e a segunda opção é que os responsáveis por esses meninos (mães/pais/tutores) passaram a evitar enviar seus filhos para esta escola por medo de que fossem mandados para guerra. Ou as duas opções podem ter ocorrido ao mesmo tempo.

¹ AHRS, Maços AG de 1860 a 1870.

² O Conceito é discutido por Dora Isabel Paiva Costa em *As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais*: Brasil, século XIX. O artigo busca discutir o conceito família e de domicílio durante o século XIX.

Encontramos, no período da guerra, um aumento significativo no número de assentamento de praça dos aprendizes em algum corpo do Exército. Isto ocorre, segundo os requerimentos, quando a aprendizagem dos meninos da Escola de Aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre era dada como concluída ou por desejo do próprio aprendiz.

Outro ponto importante é o de que os meninos que assentavam praça tinham suas idades entre 16 a 18 anos. Com essas idades, já não podemos nos referir a estes como meninos, mas sim como jovens adolescentes. Assim, temos documentos da entrada de meninos após a conclusão dos estudos na escola de aprendizes como praça da Companhia de Aprendizes entre outros setores do exército. Isso significa dizer que, como aprendizes esses jovens não foram enviados para Guerra – sendo que o número de meninos que assentam praça aumenta razoavelmente a partir do ano de 1865 e 1866.

O que chama atenção neste período é o número de meninos que, segundo o Diretor do Arsenal, desejam assentar praça:

João Timóteo Pereira, educando menor da Classe Geral, tendo 16 anos, requerendo assentar praça na companhia de militares vem respeitosamente pedir a V. Ex. dignese de ordenar, que ele seja eliminado da respectiva matricula e que verifique praça na dita companhia[...]12 de janeiro de 1867³.

Parece que, desta forma, se mascara o envio de jovens com 15 e 16 anos de idade aos campos de batalha da Guerra da Tríplice Aliança. Ou seja, mesmos sem realmente estarem preparados para assentar praça, os meninos foram “dados” como prontos, para que não se enviassem aprendizes e sim praças. Desta maneira, o exército/governo não estaria enviando aprendizes, mas sim soldados. Portanto, os aprendizes brasileiros foram enviados para guerra de uma forma dissimulada.

Ao contrário das pesquisas de Venâncio sobre a companhia de aprendizes da Corte, segundo as quais os pais que matriculassem seus filhos recebiam um valor em dinheiro, e enxoval que era dado ao filho, aqui não foi encontrada nenhuma referência a qualquer benefício dado aos pais ou tutores que requeressem uma vaga a seus filhos ou pupilos, (FERREIRA, 2009; VENÂNCIO, 1999). Pode-se apenas considerar como benefício o fato de que, tendo os filhos na escola de aprendizes, estes pais/tutores ou responsáveis tinham uma boca a menos a alimentar. Além disso, os jovens podiam sair desta escola e assentar praça no exército, onde receberiam um salário, mesmo que de valor baixo, mas ainda assim um salário.

³ AHRS, Maços AG 1867.

Em última análise, os aprendizes, ao sair da escola, contavam com um ofício com o qual tirariam seu sustento ou auxiliariam os gastos da família.

Outra forma de admissão de meninos nestas escolas, citadas por Venâncio e aqui também verificadas nos documentos, foi o envio de meninos capturados pelo chefe de polícia local – conforme já citamos acima – que como será analisado mais a frente tiveram um importante papel como medida em busca da manutenção da ordem pública.

As instruções dadas aos educandos eram rudimentares, eram ensinados a escrever, ler, contar, somar, diminuir, dividir e multiplicar. Juntamente com a instrução elementar, esses meninos tinham aulas em oficinas, nas quais aprendiam diferentes ofícios. Além disto, os meninos recebiam ensino religioso e aulas de músicas. Essas oficinas eram: alfaiate, carpinteiros, sapateiro, pintores, coronheiros, ferreiros, funileiros, armeiros, fogueteiros, latoeiros. Fica evidente que havia algumas destinadas ao trabalho livre, fora do exército, mas, sem dúvidas, a maioria delas eram destinadas a trabalhos especificamente bélicos, do exército. Portanto, a Escola tinha uma dupla importância sendo a primeira preparar novos soldados e, a segunda o formar de mão de obra livre e assalariada, pronta para desempenhar ofícios na vida civil.

A análise dos dados possibilitou a verificação de que, depois de freqüentar a Escola do Arsenal, alguns aprendizes assentaram, principalmente, na Companhia de Operários Militares do Arsenal ou na Infantaria Militar, entre outros setores. Na verdade, segundo as referências feitas ao regulamento da Escola de Aprendizes, os meninos pertencentes à classe imperial deveriam depois de concluído a aprendizagem assentar praça na Companhia de Operários (enquanto que para a classe Provincial não encontramos esse dever). A Companhia de Operários, conforme atesta a sessão de 15 de maio de 1866⁴, era chamada de *Companhia de Artífices*. Consistiam estas em lugares – pelo que se entende através da historiografia e dos documentos, embora não as definam de forma clara – que cuidavam da estrutura do Arsenal de Guerra com consertos e produção de bens úteis ao Exército.

Nos documentos, já citados acima, é possível verificar um grande número de requerimentos dos próprios aprendizes para entrar para a Companhia de Operários do Arsenal de Guerra, como também em outros setores do serviço militar, alguns destes enviados pelo próprio diretor do Arsenal. Havia também requerimentos enviados pelo pedagogo dos

⁴ANNAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO – Câmara dos Deputados do Brasil sessão de Maio de 1866. Disponível em <<http://books.google.com.br/books>>.

aprendizes. Como podemos ver no documento, o pedagogo apresenta a relação de meninos da classe provincial para assentar praça:

Relação nominal dos aprendizes menores da classe provincial que se oferecem como voluntários para assentar praça e marchar como admitidos ao contingente de Artífices que ora segue para Fronteira.

- 1 - Nereu Rodrigues
- 2 - Francisco José Fonseca
- 3 - Valeriano José Augusto
- 4 - João Isidoro
- 5 - João Antonio da Cunha
- 6 - Fernando Leopoldino
- 7 - Manoel Capatar,
- 8 - José Lincon, Manoel
- 9 - Ignácio da Costa,
- 10 - João Antonio de Araújo.

Deos guarde V. Exa[...]17 de julho de 1865 Pedagogo Justiniano Pacifico (MAÇOS AG, 1865, AHRGS).⁵

Sobre esse documento também podemos analisar a questão do termo voluntário. Partindo da historiografia, o termo voluntário foi muito mais simbólico que real, pois muitos escravos, por exemplo, foram alistados como voluntários, quando na verdade haviam sido obrigados por seus senhores. O sentido da palavra voluntário usada nos requerimentos pelos pedagogos com referência aos aprendizes que se “oferecem” para assentar praça seria uma forma de enviá-los sem levantar revolta por parte de seus responsáveis.

Além disto, nas listas de meninos que “desejam” assentar praça, normalmente, não diferenciam se oriundos da classe provincial ou da geral. Há um documento onde o próprio presidente da província solicita a inspeção médica de alguns educandos da classe geral, listando seus nomes para que estes assentem praça na Companhia de Operários do Exército.

Tendo em virtude de ordem em vigor, mandado inspecionar os menores da classe geral Rodogeres dos Santos, Camilo Joaquim[...], Pedro Avelino[...], Manoel Ignácio dos Santos, Francisco Diogo de Jesus, e Januario de Antonio Maria Xavier a fim de assentarem praça como voluntários no 3º Batalhão de Infantaria conforme V. Ex. determina por officio nº57 de 16 do corrente, só os dois primeiros foram julgados promptos, como V. Ex. Verá nas atas da inspeção, que tenho a honra de enviar a V.Ex, pelo que deixei de verificar praça não só nos outros como nesses dois, atendendo a que um é franzino e não pode com uma arma de infantaria sendo o outro de nome Rodogério dos santos requisitado a V. ex. pelo tutor”(Maço AG, 1865, AHRGS).⁶

No entanto, o levantamento desses requerimentos para assentamento de praça aumentam a partir de 1865, o que não é observado nos anos de anteriores a 1865, no que

⁵ Anexo A

⁶ Anexo B

tange período de tempo delimitado para esta pesquisa, 1860 a 1870⁷. O documento, acima citado, demonstra que os educandos foram enviados para os destacamentos militares da Companhia de Operários, mas não mais como aprendizes, mas sim como praças. É importante ressaltar que este período de aumento do fluxo de requerimentos para assentar praça na Companhia de Operários, e outros setores do exército, é o período da Guerra da Tríplice Aliança. Segundo Dorattioto (2002), o Brasil entrou na guerra contra o Paraguai acreditando que esta luta não se prolongasse mais que alguns meses. O país entra em combate com o corpo do exército com pouco ou nenhum preparo técnico de seus praças. Além disso, não dispõe de farto armamento e a remuneração ofertada para seus corpos é baixa. Soma-se a isso, o número restrito de combatentes. Essas circunstâncias explicam o grande aumento no número de meninos aprendizes que “voluntariamente se oferecem” para assentar praça nas fileiras do exército.

Além destes requerimentos coletivos enviados pelo pedagogo e/ou diretor do Arsenal, os mesmos também enviavam requerimentos individuais, segundo os quais, a pedido do aprendiz. O levantamento realizado nesta pesquisa aponta 10 requerimentos para assentar praça, destes seis no ano de 1867, três em 1866 e um em 1870.

Zeferino Alves de Oliveira educando deste arsenal tendo 14 e de Arsenal, deseja assentar praça na Companhia de operários militares. Vem respeitosamente pedir a V. Exa. que se que se digne ordenar que ele seja eliminado do respectivo livro de matrículas e que se lhe verifique na dita Companhia de operários”(Maço do AG, 1867).

É intrigante que durante os anos de 1860, 1861, 1862, 1863, 1864 não hajam registros de meninos prontos e/ou requerendo assentar praça, é justamente nos anos de Guerra da Tríplice Aliança que isso ocorra. Esta constatação parece legitimar a importância desta escola para a formação de soldados para os corpos militares, ou seja, para a profissionalização dos praças do Exército. Se for considerado o que ocorre entre o oficialato neste período, tal constatação também se insere neste contexto de valorização e profissionalização do Exército.

Entre os anos de 1860 e 1864, citados acima, há baixa de aprendizes que deixam a escola, mas a maioria é eliminado da escola ou por término de aprendizagem ou por ter atingido a idade máxima de 18 anos para permanecer como aprendiz. Mesmo que no regulamento da Classe Geral, financiada pelos cofres do Império, segundo as referências feitas nos documentos, a admissão de meninos nesta classe, já previa que assim que terminassem sua

⁷ Algumas fotografias, dos documentos, não ficaram nítidas, por essa razão não podemos ser mais precisos quanto aos números de requerimentos para assentar praça.

aprendizagem e estivessem com 18 anos completos estes meninos deveriam assentar Praça na Companhia de Operários do Arsenal Militar. Os ofícios de assentamento de praça se avolumam no período de combate, e entre os anos citados acima, não encontramos nem alusão a assentar Praça na Companhia de Operários ou em qualquer outro Corpo do Exército, como vemos nos anos em que ocorreram a Guerra da Tríplice (Maços do AG, de 1860 a 1864)⁸.

Com base nos dois documentos referidos acima, pode-se elencar algumas reflexões: a primeira é a de analisar o interesse do Imperador em ordenar a inspeção nestes educandos. A ordem de inspecionar alguns educandos, sendo seus nomes especificados pelo presidente da província, e o assentamento de praça deste meninos, referida nos documentos acima, de fato leva a pensar acerca da importância desta escola tanto para o Império como para o Presidente da Província. E a relação existente entre as escolas de aprendizes e as relações de poder político e institucionais que se envolve entre a escola, os educandos, o Estado, exército e a sociedade que daí surgiria. Através da análise documental e do contexto da reflexão feita aqui o que se desenha como hipótese é a utilização dessa escola para formar futuros homens para o exército, ensinando as lides do exército entre outros ofícios e por fim utilizar esses homens para a profissionalização dos praças.

Esses assentamentos de aprendizes como praça, como já citado acima, se insere na questão da formação do Corpo de Voluntários da Pátria, que no Rio Grande do Sul, por se localizar mais próximo as áreas de combate, também se via na obrigação de enviar voluntários como forma de reforçar seu pertencimento ao Império e de diminuir, ou melhor, enterrar a Revolução Farroupilha (PICOLLO, 1998).

Como foi verificado na documentação, o próprio Imperador, e o Presidente da província mandavam fazer inspeções nos educandos para assentassem praça, no mesmo período em que temos um aumento no número de pedidos de meninos os quais “desejam” assentar praça, pedidos estes sempre atendidos pelo diretor do arsenal. Fica claro que esses meninos forma enviados para reforçar o número de braços na Guerra contra o Paraguai, pois o último, “*possuía um exército maior do que o brasileiro*” (SCHULZ, 1994, p. 55). Contudo não foram mandados como aprendizes, pois assentavam praça antes de serem enviados, percebemos que há um cuidado, do Exército e do Estado, em não enviar aprendizes para os campos de batalha. Esta constatação remete a uma situação, no mínimo, conflituosa estabelecida entre o cuidado em relação à infância, que neste período se fortalece, e o envio

⁸ Idem a nota anterior.

de crianças e jovens aos campos de batalha, pois tal fato não condiria com o moralismo e o respeito às diferentes fases da vida que se pregava (LOPES, 2000).

Outro ponto, que fortalece a ideia dessa escola como forma de profissionalização do exército, são as oficinas oferecidas pela Escola de aprendizes do Arsenal de Guerra, pois é justamente neste período que cresce o movimento abolicionista, e se faz, cada vez mais, necessário, homens capacitados para o trabalho assalariado. Em suma, a escola também serviu para profissionalizar a sociedade civil que estava se constituindo.

Essa formação para o trabalho se insere neste contexto de abolição da escravidão, pois havia uma preocupação de se formar a mão de obra assalariada de forma que a economia e, principalmente, a ordem da sociedade se mantivessem sem prejuízos. Segundo Schulz (1994 p.27) *“o decreto de 6 de setembro de 1850 foi, ao mesmo tempo, um efeito e um catalisador da profissionalização do corpo de oficiais [...] transforma-se em uma corporação relativamente profissionalizada e racional.* A presente pesquisa tem demonstrado que esse processo de profissionalização do corpo de oficiais parece não ter sido o único dentro do exército, porque se for considerada a atenção dada à Escola de Aprendizes nesse período, tanto pelo Presidente da Província, como pelo Imperador, reforça a hipótese de que tanto exército como Estado, tinham, com esta Escola, o intuito da profissionalização dos praças do exército, com também da sociedade civil.

3 O ESPAÇO E O MEIO NO ARSENAL DE GUERRA

O Arsenal de Guerra é uma unidade militar complexa que reunia várias funções. Primeiramente foi chamado de Trem de Guerra e tinha por função ser um lugar de armazenamento de mantimentos e armamento para os distantes destacamentos do exército militar (CRUDO, 2005). Além desta função, os Arsenais de Guerra, incluindo o de Porto Alegre, eram locais de oficinas, onde eram feitas as fardas dos soldados, sapataria, serralheiro, pintura. E eram nessas oficinas que os meninos educandos da Escola de aprendizes aprendiam seus ofícios.

Além destas oficinas o Arsenal de Guerra de Porto Alegre, também recebia prisioneiros de Guerra da tríplice Aliança, e esses prisioneiros trabalhavam junto às oficinas, logo os aprendizes também conviviam com prisioneiros militares. Como segue

Logo que foram postos ao serviço do Arsenal alguns prisioneiros da Guerra contra o Paraguai, determinei que ficassem eles encostados a Classe Geral da Companhia de aprendizes menores deste Arsenal. Para os seus vencimentos serem organizados pelo Pedagogo destes. Acontece, porém que estes empregados nem um zelo tem pelo serviço a seu cargo[...].⁹

Um ponto importante levantado na tese de Crudo (2005) que podemos também salientar para o Arsenal de Guerra de Porto Alegre é a dinamização da economia local. Assim como no Arsenal de Guerra de Mato Grosso, o Arsenal de Guerra de Porto Alegre comprava matéria prima, alimentos e produtos manufaturados, além de contratar mão de obra local, como costureiras, uma vez que o fardamento do exército como da Escola superior militar era produzido pelo arsenal de guerra. Acerca desta dinâmica temos

Tenho a honra de apresentar a relação dos gêneros comprados no mez de Dezembro [...] para fornecimentos dos armazéns [...] na importância de [...] e rogo a Vs. Exa. que se digne a ordenar o seu pagamento a vista dos respectivos documentos (Maço AG 1864, AHRGS).

Encontramos meninos que tinham entre 6 a 18 anos, no entanto, o regulamento ditava que os meninos deveriam ter entre 8 e 12 anos ao se matricularem. E com 18 anos idade deveriam terminar sua aprendizagem. Aprendiam estes ofícios para o trabalho destinado na

⁹ Anexo F

Companhia de Operários como também ao trabalho livre assalariado, também aprendiam as lides do Exército, ou seja, também eram formados para o trabalho bélico.

Esses meninos eram matriculados nesta escola, que se localizava no Arsenal de Guerra, em um ponto afastado da cidade de Porto Alegre. Refletindo sobre a questão levantada por Foucault – em sua obra *Vigiar e Punir* – de que as instituições educacionais surgem com intuito de servir ao Estado e a sociedade que se forma “que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos do seu exercício” (FOUCAULT, p.153).

A qual pode-se relacionar ao contexto delineado de formação de um Estado nacional, como também de uma identidade nacional, considerando que o período aqui abordado se demarca em meados do século XIX, período de guerras, de transformações políticas, sociais como também de valores. Porém ainda muito marcado pela mentalidade dos séculos anteriores, principalmente medieval. Transparece essa mentalidade tradicional nas indefinições de alguns termos utilizados, como por exemplo, na utilização do termo menor, pois menor era considerado aquele menino que com 6 anos de idade era matriculado na Escola, como também o era o que com 18 anos já estava apto a assentar praça.

O termo menor neste período, assim como o termo vadio, também tem um sentido vago, pois pode ser utilizado para definir quem ainda está sob a tutela de um responsável. Na análise documental aparecem aprendizes menores de 6 e de 8 anos, como também aprendizes menores de 16 ou 18 anos, termo que muda de sentido através do contexto histórico (RIZZINI, 2004).

Essa indefinição do tempo menor demonstra que ao mesmo tempo que se busca disciplinar e instruir minimamente esses meninos, a Escola não separa seus educandos por idade, como também não os separa dos adultos que viviam no arsenal. Adultos que como citado acima eram prisioneiros de guerra e soldados do exército recrutados entre a escória da sociedade.

Contudo a Escola não deixa de ser um tempo de reclusão, onde os meninos ficam longe da família e aprendendo como se comportar frente à sociedade. Somando essas considerações, se observa também a estrutura do arsenal que faz com que, mensalmente, educandos sejam levados para o hospital. Nas inspeções de saúde para assentamento de praça há uma grande quantidade dos atestados médicos definindo os educando como franzinos e fracos.

Pedro Avelino Gonçalves, 18anos nacionalidade são Pedro do sul, infecções crafulosas incurável, incapaz de serviço ativo. Este individuo acha-se pela sua organização quase caquético(Maço AG ano 1865, AHRS).

Portanto, o espaço do arsenal guerra além de depósito de armamentos e suprimentos do exército, cárcere dos prisioneiros de guerra, era o mesmo espaço dividido por meninos órfão, pobres, libertos e indígenas de 6 a 18 anos de idade que deveriam ser preparados para serem alguns soldados e outros formarem a mão de obra livre nacional do período.

4 PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO E DA SOCIEDADE

Considerando as transformações do período e a preocupação do governo em manter a ordem na sociedade, a partir das fontes, acreditamos que a mesma tinha o intuito de profissionalizar os meninos ali matriculados. Esta profissionalização – partindo das oficinas ministradas aos meninos – destinava estes ou para as lides do exército ou para os serviços civis livres.

Segundo Schulz, os militares das camadas inferiores da hierarquia militar do período anterior a 1889 a 1894 e mesmo depois deste, como soldados e cabos eram pessoas que não eram bem vistas pela sociedade, pois geralmente eram criminosos e ladrões que constituíam essas camadas. Para esta pesquisa, interessa analisar como a Escola de Aprendizes do Arsenal de Guerra, contribui para uma profissionalização do exército, se é que contribuiu. Perceber qual a intenção do Estado em manter uma escola pública dentro de uma instituição destinada a fins bélicos.

Portanto, como o corpo de praças do Exército era constituído, nesta época, por criminosos, vadios e até mesmo assassinos, fazendo assim, que soldados provenientes da Escola de Aprendizes, fossem importantes. Pois seriam mais capazes justamente por que saberiam instrução elementar, um ofício e, principalmente, o respeito à hierarquia e ao governo, desta maneira, melhorando o quadro do corpo de praças do Exército.

Dessa forma, já que os soldados e cabos tinham proveniência em grupos sociais vistos como perigosos, o Estado buscava instruir desde cedo crianças e adolescentes de forma a profissionalizar o exército, tornando-o da base à hierarquia uma instituição mais capacitada. Martinez (1997, p.172) afirma que “Instruir e educar seriam ações fundamentais para um Estado, que necessitava manter hierarquias e distinções sociais”, e como o exército em seu baixo escalão era formado por pessoas “perigosas”, com número de efetivo muito pequeno, a formação de meninos em lides bélicas, pode ser vista como uma forma de começar a profissionalizar o exército. Se tomarmos as Escolas de Aprendizes que existiu não só no Arsenal de Guerra de Porto Alegre, mas em várias províncias do Império brasileiro, como também a Companhia de Aprendizes da Marinha e a Escola Superior Militar podem sugerir que o Império tinha intuito de uma melhor qualificação da formação dos corpos de suas Forças Armadas.

No entanto, ao se aproximar mais o olhar em relação às Escolas de Aprendizes observa-se uma diferença de tratamento destinado a estas escolas e a Escola Superior Militar.

Segundo Schulz, foi através de rebeliões dos oficiais da Academia Militar da capital que o exército começou a ingressar na política brasileira, pois os oficiais ali formados constituíam uma elite intelectual, o que não significava dizer que estes possuíam o mesmo padrão econômico da elite política.

A partir da Regência Trina, de 1831 a 1840, o desmantelamento do exército é crescente até 1837 quando Pedro Araújo Lima torna-se regente e volta a considerar o exército politicamente. No entanto, é somente no ano de 1850, que o exército realmente sofre algumas alterações importantes, no que tange à legislação pertinente a este setor. Nesse período, se institui uma revolucionária lei para a estrutura do corpo de oficiais. A lei que regulamentava as promoções, de 1850, também criou a segunda academia do Império, inaugurada em 1853 no Rio Grande do Sul. Ainda nessa mesma década houve a criação de um sistema escolar militar secundário. Até 1845, os requisitos para se entrar na academia eram necessários ter 15 anos de idade, saber ler e escrever e as quatro operações aritméticas, com a lei de 1850 acrescentaram-se aos requisitos para inserção no Exército a gramática portuguesa, o francês e a geografia (SCHULZ, 1994, p. 24 a 30).

Essas medidas dificultaram a entrada dos mais pobres na academia, assim nos perguntamos mais uma vez, qual era o intuito do estado em manter uma escola pública para meninos pobres dentro do exército, já que esta escola ensina somente instrução básica. Ou seja, os aprendizes não preenchiam os requisitos básicos para entrar na Escola Superior Militar.

Segundo Schulz, os baixos salários, as punições com açoite e as abomináveis condições de vida tornavam o exército pouco atraente até mesmo para as classes mais pobres. Ao se transpor esta situação para as Escolas de Aprendizes, surge a pergunta de como essas crianças e adolescentes eram tratados e como viviam, já que esta escola funcionava dentro do Exército.

Nesse contexto, se suscitam algumas hipóteses para tentar explicar a grande demanda de pais e tutores em enviar seus filhos ou tutelados para a Escola de Aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Será que estes populares, livres, que não eram escravos, sabiam das condições dos exércitos? Ou será que, mesmo duras, essas condições eram ainda mais vantajosas do que uma vida precária e um futuro incerto na pobreza? Ou, por fim, será que, de fato, as acomodações destinadas à escola de aprendizes eram melhores que as do restante do exército e as possibilidades abertas pelo fato de cursar essa escola eram significativas para os mais pobres? E, ao contrário do que ocorria na Companhia de Aprendizes da Corte, os pais não recebiam dinheiro ao matricular seus filhos. No entanto, a Escola de Aprendizes foi a

primeira escola de instrução pública do Império, destinada as “classes inferiores da sociedade”, que além de instrução, ainda alimentava e vestia seus educando como vemos nos ofícios dos vencimentos dos educandos.¹⁰ Para ser admitido na Escola, o responsável pelo menor deveria apresentar documentação comprovando que era pobre e que o menor se encontrava dentro da idade limite para freqüentar uma das duas classes.

Cumprindo o despacho de Vs. Ex. exarado no incluso requerimento de João José de Amaral, que em razão de ser pobre, sobrecarregado de numerosa, família e ter de marchar no 8º Corpo da Guarda Nacional a que pertence, pede a admissão de seu filho como educando deste Arsenal. Sou a Informar que acho atendível a pretensão do suplicante que ainda que não houvesse vagas, como atualmente, há nas classes geral e provincial, servia de equidade ter bom deferimento, ficando um de seus filhos encarregado a uma das classes como se usa na corte[...] 13 de setembro de 1865(Maço AG, 1865, AHRGS).

Conforme é verificado no documento citado acima, a pobreza é a razão que levou os responsáveis dos menores a requerer uma vaga na Escola de Aprendizizes. Desta forma teriam uma boca a menos para alimentar, e vestir, uma vez que a instituição se encarregava com a vestimenta e a alimentação de seus educandos. Não conseguimos, perceber através dos documentos de esses responsáveis/tutores sabiam as reais condições desta escola. No entanto sabemos que estavam cientes de que deveriam aguardar o término da aprendizagem para que seus filhos ou tutelados saíssem da escola, pois segundo o regulamento, antes deste período, o responsável teria de pagar os gastos tidos pelo Arsenal até o momento com o educando. Como vemos na fonte:

Artigo 3º do regulamento provincial, nº45, de 24 de janeiro de 1859.
Os pais e tutores que pretenderem matricular seus filhos ou tutelados no estabelecimentos dos educandos aprendizizes menores do arsenal de guerra à cargo dos cofres provinciais, assinarão termo de obrigação de não reclamarem a sua saída, entrega ou eliminação sem que o educando esteja prompto no ofício que se dedica, e de, no caso contrário, satisfazer todas as despesas de manutenção e instrução que se tiverem com ele feito, que serão previamente calculadas e fixadas em matrícula especial à vista do que forem no respectivo estabelecimento realizadas em período nunca menor que 3 anos.

Assim, podemos perceber é que tanto Governo, quanto a Câmara de deputados até 1850, pretendia que seus oficiais e soldados estivessem sob forte controle do Estado. Primeiro, porque buscava instruir meninos das classes menos favorecidas, desvalidos e indígenas através da Escola de Aprendizizes, como também da Companhia de Aprendizizes da Marinha. Segundo, porque, como nos aponta Schulz, acerca deste controle do Governo que

¹⁰ Anexo G.

com esse intuito cria projeto de lei que proibia jovens oficiais de se casarem sem o consentimento do Ministro de Guerra. Através desse projeto de lei é possível perceber que a visão do governo era de que as classes subalternas do exército deveriam ser totalmente submissas a o Estado, pois havia interferência direta do superior e Ministro de Guerra na vida dos oficiais e soldados. Como, por exemplo, o cuidado do diretor da Escola de Aprendizes de enviar os ofícios e/ou memorandos diários ao Presidente da Província, ou também pelo fato do último requer inspeções nominalmente de determinados educandos.

Neste sentido, a Escola de aprendizes ensinava às camadas pobres da população, o respeito à hierarquia, ensinando a meninos dos seis aos dezoito anos de idade o bem servir ao Exército, à sociedade e aos governantes da Província e do Império.

Já a escola Militar, ou, Escola Superior Militar, ou ainda Academia Superior Militar era destina a formar os oficiais do Exército. A partir disto entende-se que a escola de aprendizes de fato não se propunha a formar meninos e adolescentes para serem oficiais do Exército, mas sim a capacitá-los para a vida em sociedade de forma a manter a ordem desejada pelo governo. Tanto que não foi encontrado registro historiográfico, bibliográfico ou documental de qualquer menino proveniente da Escola de Aprendizes que tenha entrado para o oficialato.

Sobre a entrada do Exército na política brasileira, Schulz nos aponta o descaso com a estrutura do exército, os salários baixos, e da forte intelectualização dos oficiais através da Academia Militar, que a oficialidade toma consciência de sua força política. No entanto, as melhorias tomadas a partir da lei de 1850, não foram suficientes para amenizar os ânimos dos intelectuais militares. Tais medidas foram destinadas apenas à melhoria dos oficiais e não dos soldados e cabos.

As medidas tomadas a partir da lei de 1850, de Felizardo e Caxias, parecem, no entanto, uma forma de elitização do Exército, pois cria barreiras à entrada dos pobres naquela força militar. Schulz nos mostra, que os militares se ressentiam pelo fato de não terem representatividade no parlamento, predominado no período por advogados, (SCHULZ, 1994). Além disso, o Exército acreditava que por ter vencido as revoltas provinciais, consolidando o Império, que o imperador devesse investir mais em efetivos para o exército uma vez que, em muitos lugares, a defesa da fronteira era feita pela Guarda Nacional e esta já havia se revoltado contra o próprio império. O exército defendia a implantação do serviço militar obrigatório. Através do discurso trazido pelo jornal *O Militar* o autor explora o engajamento do exército em políticas para melhorar o status do exército. Como se vê a seguir:

Num apelo que ainda ecoaria um século mais tarde, os oficiais subalternos lembravam aos seus leitores que homem pobre morre na guerra do rico: todo sistema de recrutamento que se baseia na conscrição estabelece distinções que todo governo prudente deve evitar(...) porque nenhum povo se sujeita de bom grado a pagar só o tributo do sangue, as mais das vezes derramado para garantir aos ricos e poderosos, principalmente os que não concorrem para aquele tributo. O recrutamento entre nós recai todo sobre os pobres crismados com o epíteto – vadios (SCHULZ, 1994).

Assim como no Exército, os jovens enviados a Escola de Aprendizes do Arsenal de Guerra pelo Chefe de Polícia também eram considerados vadios, quem não respeitasse as leis impostas à ordem da sociedade desta época. E justamente com esse termo muitos meninos foram capturados pelo chefe de polícia e enviados à Escola de aprendizes.

Neste contexto, no curso da segunda metade do século XIX o exército luta por uma modernização da instituição. Exigindo que as promoções não ocorram apenas por nascimento, mas em função da qualificação, ou seja, pela passagem pela Escola Superior Militar, somado a isto, os militares exigiam a regularização dessas promoções (Schulz, 1994).

Neste sentido, a Escola Superior Militar era uma forma de qualificar o oficialato, enquanto que a Escola de Aprendizes qualificava os praças do exército.

Outro dado importante é que o número dos corpos militares neste período era pequeno, segundo os relatórios do ministro de guerra em 1860 em torno de 14mil efetivos, e segundo o mesmo, esse número era suficiente na situação de não conflito na fronteira. No entanto, em situação adversa esse número seria muito pequeno. O Ministro de Guerra também aponta para o fato de que o recrutamento forçado, não consegue dar conta da necessidade de homens para o corpo do Exército, além de não serem homens com qualidade que competem ao um bom soldado. Fator também importante que o Ministro de Guerra aponta no relatório enviado à Assembléia Geral Legislativa no ano de 1860 é que mesmo com as vantagens oferecidas para o engajamento voluntário

À vista de todos esses favores oferecidos aos voluntários e engajados, maravilha que a maior parte do exercito não seja composta por deles. É, entretanto, o contrário: todas essas vantagens não são suficientes para vencerem a repugnância do nosso povo ao serviço das armas [...].¹¹

Assim, como pode-se analisar através dos documentos do Arsenal de Guerra, os meninos além de serem enviados por mães, pais e tutores também eram encaminhados, capturados pelo Chefe de polícia para a Escola de Aprendizes deste Arsenal. Sendo que a

¹¹ <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2205/000021.html>.

turma Geral, financiada pelos cofres imperial, tinha em seu regulamento que os meninos que a ela pertenciam ao final de sua aprendizagem ficariam comprometidos em assentar praça na Companhia de Operários militares do Arsenal de Guerra. Desta forma, os meninos aprendizes entravam para as fileiras do exército respeitando a hierarquia do exército e de forma “voluntária”. Os meninos que freqüentavam a turma de aprendizes da classe provincial, ou seja, financiada pelos cofres provinciais, que como foi visto anteriormente, nos vários requerimentos solicitavam autorização para assentar praça ora na Companhia de Operários ora no Corpo de Infantaria, ou outra divisão. Portanto, a Escola de Aprendizes, além de qualificar mesmo que minimamente o baixo escalão do exército também contribuiu, para a formação e aumento número de soldados. Ainda mais se considerar o estado beligerante da guerra do Brasil com a Tríplice Aliança – período onde justamente se percebe um aumento real no número das solicitações para assentamento de Praça – aumento não, a menção de assentamento de praça, pois entre 1860 a 1863 não encontramos tais solicitações ou ordem de inspeção para que meninos da classe geral assentassem praça.

5 O EMBATE ENTRE PAIS E O PRESIDENTE DA PROVÍNCIA

Com vimos, a maioria dos educandos eram meninos enviados por seus responsáveis, mas havia uma fatia considerável de meninos que eram enviados pelo chefe de polícia. Além disso, como já citado acima, não sabemos se estes responsáveis sabiam das reais condições de alimentação e moradia dada à seus filhos dentro da Escola de Aprendizes. Sabemos que tinham conhecimento que após o ingresso na escola, os meninos deveriam concluir os estudos para depois poderem sair da escola. Porém mesmo cientes do regulamento da escola, muitos responsáveis requeriam a retirada de seus tutelados da escola, antes da conclusão da aprendizagem. Além destes, também havia responsáveis que buscavam retirar seus filhos da escola, pois quem os mandara para a escola de aprendizes fora o chefe de polícia. Outros casos verificados são de meninos que deveriam assentar praça, e seus tutores buscam tira-los da escola para que isto não ocorra.

No anexo B desse trabalho, o presidente da província solicitou ao diretor da Escola a inspeção de alguns educandos para que eles assentassem praça como “voluntários” no 3º Batalhão de Infantaria, dentre os cinco inspecionados pela junta médica militar, apenas dois foram considerados aptos para o serviço militar. Como primeira observação sobre esse documento pode-se considerar que as instalações destinadas aos aprendizes não tinham boas condições, e assim também acontecia com a alimentação dada aos mesmos, pois dos cinco, três foram considerados inaptos, sendo Pedro Gonçalves considerado raquítico, Manoel Ignácio do Santos com moléstia no pulmão, e outro com gastrite crônica.

Outra questão que se levanta é que dentre os dois meninos que foram considerados aptos para assentar como “voluntários” do 3º Batalhão de Infantaria, Rodogério dos Santos, é que seu tutor Manoel Vaz Pinto solicita, que o mesmo não assente praça, pois ainda não tem 18 anos completos, se segue a partir daí um embate entre o diretor do arsenal e o tutor. Manoel busca evitar que seu tutelado assente praça como “voluntário”. Primeiro que o termo “voluntário” é incongruente, pois, foi o Presidente da Província que escolheu os meninos a serem inspecionados para assentarem praça. Segundo porque, mesmo com a relutância do tutor, é explícito a luta do Diretor do arsenal para que Rodogeres assente praça. Como segue

Certifico em virtude do despacho nº4 que o assentamento do menor de que trata o suplicante que se acha lançado no livro de matriculas, a folha 45 do seguinte teor: Rodogeres dos Santos, Natural de Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, nasceu em 187, ofício = coronheiro, cor parda, cabelos pretos carapichados, olhos pardos. Época de admissão em 15 de fevereiro de 1859.

Baixas no hospital em 24 de julho de 1859, alta do mesmo em 28 de julho de 1859. Observação[...]tendo sido inspecionado para ser admitido se lavrou o termo de obrigação que assinou Manoel Vaz Pinto, morador, desta cidade na qualidade de tutor do referido menor[...]27 de fevereiro de 1865. Rodrigo[...] Lima o escrivão (Maço AG, 1865, AHRGS).

Como se vê o diretor da Escola busca todas as informações e obrigações que foram feitas quando da matrícula do educando, para que o assentamento de Praça ocorresse. A seguir vemos que o tutor de Rodogério não tem sucesso para que o seu tutelado não assente praça, pois

Manoel Vaz Pinto se ofereceu para assentar pra no batalhão de voluntários da pátria que se está organizando nesta capital no lugar do menor da classe geral Rodogério dos Santos a quem o suplicante , como seu tutor admitiu neste arsenal, sou a informar a V. Ex. que julgo atendível tal pretensão[...] junho de 1865.

Com a tomada de conhecimento da sociedade, através da imprensa, da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, o que indica a documentação é que pais e tutores, buscam resgatar seus filhos e tutelados para que não sejam enviados para os conflitos.

Outra solicitação que demonstra essa preocupação, entre outras, é o bilhete que segue *“O pai de Pedro Avelino Gonçalves diz que o filho está incapaz de seguir para servir e pede que V. Exa. Com o podre coração paternal que o menino não cumpra o serviço[...] maio de 1865 ass. Pedro Gonçalves(Maço AG, 1865, AHRGS)”*.

A partir destas solicitações, também podemos inferir acerca do cuidado e do zelo, pelo período da vida de adolescente existente mesmo entre as camadas mais pobres da população em meios do século XIX. Outros responsáveis, durante a Guerra do Paraguai acabavam por se oferecer no lugar de seus tutores, para que estes não fossem enviados a Guerra. Assim, percebemos que houve embate entre o Presidente da Província e estes tutores, e também podemos perceber que esta escola tinha uma real importância para o estado, como formadora de praças para o exército.

6 O EXÉRCITO, O ESTADO E A ESCOLA

No período aqui estudado, o Brasil passava por uma série de transformações que geraram o início de uma crise dentro do Império, dentre elas podemos citar o início da defesa do republicanismo dentro do exército, e pelos intelectuais e o fortalecimento do movimento abolicionista e, justamente em função destes movimentos, a preocupação com a ordem civil. O Exército se envolve com os ideais republicanos após as batalhas da Guerra da Tríplice Aliança, nos países vizinhos que eram republicanos, sendo o Brasil o único país da América Latina que tinha como regime político uma monarquia. Além disso, dentro da Escola Militar o ensino do cientificismo e da doutrina de Augusto Comte aumentava o número de defensores da abolição como do regime monárquico (CASTRO, 2000).

A defesa da Abolição da Escravidão fazia com que, tanto a Monarquia como as elites latifundiárias do país, se preocupasse cada vez mais com a ordem do país. Ordem esta que estava ligada com a preocupação do respeito às hierarquias sociais e governamentais, como também à formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Segundo esta visão, a preocupação do governo se encaixa na criação e ampliação das Escolas de Aprendizes (VENÂNCIO, 1999).

Neste sentido, voltamos a refletir sobre o papel do Chefe de Polícia, que aparece em vários ofícios da Escola do Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Quando um educando se ausentava do Arsenal de Guerra, sem licença e sem justificativa, o chefe de polícia era acionado pelo Diretor do Arsenal de Guerra, para que este menino fosse capturado. Como se vê em: *“Tendo se ausentado o educando menor da Classe geral Manoel Gonçalves [...] rogo a V.EX. se digne dar as suas ordens a fim de que seja capturado e remetido a este Arsenal[...] janeiro de 1865.”*

Outra maneira que o chefe de polícia aparece nos ofícios do Arsenal de Guerra é quando o Diretor do Arsenal solicita ao Presidente da Província matricular meninos enviados pelo chefe de polícia em alguma das classes da Escola de aprendizes. Vemos que a preocupação com a ordem e com a vadiagem fazia com que o chefe de polícia enviasse meninos para o Arsenal mesmo sem a autorização dos pais. O que era respaldado pelo regulamento do Arsenal, segundo o ofício que segue

[...] regulamento provincial nº 45 de 24 de janeiro de 1859 Art nº 4 [...] o individuo que não tenha pai ou tutor será permitida a faculdade garantia de matricula[...] tendo sido preso e ou ficado em completo abandono [...] serão mandados recolher ao Arsenal de Guerra(AG, 1865, 24 de janeiro de 1859).

Muitos pais e tutores aparecem posteriormente requerendo que seus filhos sejam eliminados da Escola, uma vez que não foram solicitados por estes para que fossem matriculados, mas sim pelo chefe de polícia. Sendo que muitos desses requerimentos não podiam ser atendidos, porque depois de terem iniciado o aprendizado a custo dos cofres da Província, só poderiam sair antes do término da aprendizagem, caso os pais pagassem os gastos que a província já havia tido com o referido educando, o que geralmente não era possível, pois os pais eram de famílias pobres.

Quando o chefe de polícia enviava um menino à Escola de Aprendizes do Arsenal de Guerra, o fazia alegando que o menino estava na rua *vadiando*. Assim, se faz necessário a análise do termo “vadio”, neste período, pois muitos pais, depois reclamavam que seus filhos haviam sido matriculados sem sua autorização e, dentre as reclamações, justificavam que estes lhes ajudavam a tirar o sustento da família. Exemplifica-se, nessa questão, o caso de Rodogério dos Santos, que foi recrutado através de ofício Imperial para assentar praça, mas seu pai solicitou que o mesmo saísse da Escola, para que não assentasse praça.

Neste sentido, o emprego do termo vadio, segundo Moreira, neste período tem um conceito vago, servindo para distinguir grupos sociais e, principalmente, para coagir as pessoas pobres e livres ao trabalho, e manter a ordem social apregoada na época. A preocupação com os “vadios” era tamanha que, em algumas Câmaras Municipais exemplo, de Porto Alegre, havia legislação específica para coibir a vadiagem (MOREIRA, 2009).

No entanto, é interessante notar que os vadios podiam ser desde adultos, libertos e até crianças, indistintamente, presos pela Polícia como vadios. Os detidos ficavam a disposição desta, para que o chefe de polícia lhe desse um destino. Tanto o chefe de polícia como o Juiz de órfão eram responsáveis por dar um destino às pessoas pobres, no caso do primeiro, e das crianças no caso do segundo.

Na verdade, o Chefe de Polícia, neste período, como se pode atestar nos documentos analisados é o incumbido de manter a ordem local e principalmente cuidar para dar um destino aos vadios conforme o documento a seguir “*Mandei recolher ao estabelecimento dos educandos deste arsenal dois menores de nome Manuel (...) Martins e João (...) de Almeida ,(...)quando vossa Excelência autorize a admissão como requeria o delegado de policia(...) 1865.*¹²

A preocupação com os vadios, segundo Moreira, está ligada ao mundo urbano que começa a se desenvolver, pois o número de habitantes das cidades começa a aumentar neste

¹² Anexo D.

período. Este momento é marcado pela preocupação das elites em buscar alternativas para o controle da sociedade, que com o processo de abolição do escravismo, preocupavam tanto estas como o governo e o exército.

A escola de aprendizes se enquadra neste contexto como um meio de disciplinar não apenas a nova sociedade que se forma como também o exército que busca ter um maior reconhecimento como força política.

A Guerra do Paraguai foi um evento importante da história militar, econômica e política do Brasil, pois foi a Guerra mais longa e sangrenta enfrentada pelo Brasil. O exército brasileiro neste período não contava com um contingente de militares suficiente para a Guerra, contava apenas com 30 mil homens. Esse contingente tinha por reserva a Guarda Nacional, entretanto a mesma não proporcionou unidades de combates suficientes para a guerra. Esse fato levou o governo a criar os “voluntários da pátria” que tinha no recrutamento forçado o caminho para a formação desses “voluntários”. Como também encontramos correspondências entre o Presidente da Província e estancieiros que se comprometem em mandar homens para as guarnições.

Neste sentido, é interessante pensar na Escola de Aprendizes como fonte de soldados, pois se considerarmos que os escravos não eram bem vistos como soldados, somados a outros a fatores de *status*, como também em função de estes não saberem, muitas vezes, ler nem escrever, como também não saberem usar armas de fogo. Os meninos do Arsenal de Guerra, por outro lado, mesmo que precariamente sabiam ler e escrever e alguns participavam de oficinas dirigidas ao serviço militar como armeiros, fogueteiros e coronheiros. É possível que aqui também tenha ocorrido o que constatou Renato Pinto Venâncio na Escola de Aprendizes da Marinha, na Corte, onde inúmeros meninos foram enviados aos campos de Batalha da Guerra do Paraguai.

A falta de homens para a luta desde o início da Guerra era evidente, porém as forças brasileiras acreditavam que esta seria uma guerra rápida, que não duraria o tempo que durou. Por essa razão, houve recrutamento voluntário entre os homens livres, que acabaram enviando seus escravos para luta, e no caso exército na falta de soldados enviou jovens, estes que já vinham sendo ensinados as lides da Guerra.

A Guerra do Paraguai levantou questões importantes que estavam extremamente ligadas como o recrutamento militar, a guarda nacional, e a Abolição da escravidão, as Companhias de Aprendizes da Marinha e as Escolas de Aprendizes dos Arsenais de Guerra. Isso porque a oficialidade acreditava e defendia a abolição como forma de aumentar o contingente de soldados, como também de tornar estes soldados mais qualificados e dignos,

não destinados apenas às camadas pobres da população, mas sim o tornando um serviço obrigatório a todas as classes sociais. Dessa forma defendiam a extinção da guarda nacional, o serviço militar obrigatório e a abolição da escravidão (SCHULZ, 1994). Isto implicava questões republicanas que extrapolam o contexto desta pesquisa, pois se trata de um amplo e complexo tema. Por esta razão apenas cito, brevemente, o ideal e os movimento republicano como marca do contexto da sociedade em que a Escola de Aprendizes se insere.

Sobre a corrente republicana que se fortalece neste período, é sabido que durante a Guerra do Paraguai, a oficialidade teve contato com as repúblicas da Região do Prata. Fato que fez com que o exército viesse a ver com bons olhos uma república e não mais um Império, que até então tinha uma relação de benefícios para com a Marinha em detrimento do Exército.

Assim a Guerra, as transformações pelas quais passavam o exército, como também o próprio estado imperial que buscava se fortalecer como Estado Nação, é que se insere a primeira escola destinada às classes desfavorecidas do Brasil. Nessa junção de transformações e necessidade de braços para a guerra se ensinava meninos desde os 8 anos de idade a ler escrever, como também limpar e manusear uma arma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo, posso dizer que realmente a pesquisa histórica é dinâmica, e podemos dizer infinita. Mesmo que já tenhamos ciência sobre a dinamicidade histórica, o fato de se “perceber” isto na práxis, faz parecer que a descobrimos.

A Escola de Aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre teve diversas implicações nas relações de poder, e na sociedade que estava se formando no período aqui delimitado. Período de transformações dentro da sociedade civil e militar esta Escola foi uma ferramenta para o governo tentar manter essas transformações em seu nível de controle. Esta época da história do Brasil também foi marcada por pela luta da entre a Tríplice Aliança e o Paraguai, sendo que muitos aprendizes da Marinha e da Corte e outros estados brasileiros foram enviados para os campos de batalha¹³.

No entanto, na escola de Porto Alegre encontramos meninos que assentaram praça na Companhia de Operários, outras entraram para infantaria, ou outros corpos e que dessa forma, mascarada, declaradamente aprendizes não foram para os campos de batalha da Guerra do Paraguai.

Nesse sentido, fui levada a pensar o quão importante era para o Estado esta Escola. Pois, a partir destes meninos, o Estado poderia ter um maior controle tanto dos futuros soldados e praças em geral, como também da sociedade civil, já que estes foram ensinados a respeitar o Governo, e às hierarquias da sociedade.

Em um contexto de fortalecimento da abolição da escravidão era importante a formação de mão de obra livre capacitada, mas principalmente leal ao Estado, que via na abolição da escravidão uma importante perda de poder.

Em última análise, conclui que esta Escola apesar de pouco estudada dentro da pesquisa histórica, foi de suma importância para manter esta sociedade que se formava dentro do controle estatal, como também da qualificação do exército que se formava. E esta importância não era apenas para o governo imperial que via seu poder ser dilacerado principalmente após o final da Guerra da Tríplice Aliança, como também para o exército que desde momento em diante aprendia na ideologia de Augusto Conte a importância da ordem para o progresso. É fundamental ressaltar que através da Escola de Aprendizes de Porto Alegre, o Estado buscou controlar a sociedade, reprimindo a vadiagem ao enviar meninos pegos sob esta alegação para Escola. Foi também por meio da Escola que o governo buscou

¹³ Como vemos no trabalho de Venâncio (1999).

ordenar a sociedade que se constituía, ensinando um ofício aos meninos, em um período de transformação de mão de obra escrava para livre no Brasil.

Além disso, os aprendizes, pelo que se verificou nos documentos, foram enviados aos campos de batalha, não como aprendizes, mas designados praças, embora que para isso, o Estado tenha se valido de artífices. E que o Estado buscou formar esses meninos para o serviço militar, fortalecendo seu respeito com Estado Nacional.

O tema aqui trabalhado ainda nos enseja hipóteses e perguntas que surgem ao olhar os documentos e a historiografia. Muitas das hipóteses abordadas podem e devem ser relidas e analisadas de diferentes formas, pois, como já dito acima, a pesquisa histórica é dinâmica e deverá continuar sendo exaustivamente, analisada em estudos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUARTEROLO, Miguel Angel. **Soldados de la memoria**: imágenes y hombres de la Guerra del Paraguay. Buenos Aires: Planeta, 2000.

CASTRO, Celso. A proclamação da República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. A invenção do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CRUDO, Matilde Araki. **Infância, trabalho e educação**: os aprendizes do Arsenal de Guerra do Mato Grosso (Cuiabá, 1842 a 1899). Campinas: Unicamp, 2005.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FERREIRA, Simone Becker. **Educandos do Arsenal de Guerra, Porto Alegre, 1864 a 1870**. Trabalho Final de Graduação (Licenciatura em História). Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), Santa Maria, 2009.

FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moisés (Orgs.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo, SP: Ed. Cortez, 2001.

_____. **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GERTZE, Jurema Mazuhy. **Infância em perigo**: a assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre: 1837 a 1880. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 1990.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LEVI, Giovanni. **História dos jovens**. São Paulo. Companhia das Letras. 1996. v. 2.

LOPES, Eliane Marta Teixeira (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica. 2000.

MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). **Família, mulher, sexualidade e igreja na história do Brasil**. São Paulo, SP: Loyola, 1993

_____. **História social da criança abandonada**. 2. ed. São Paulo, Hucitec, 2006.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade em Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Palmarinca, 2009.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (Org.). **Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: 1835-1889**. Porto Alegre, RS: Assembléia Legislativa do RS, 1998.

PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irmã. **Percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família, São Paulo, Século XIX**. São Paulo, SP: Marco Zero, 1989.

VENANCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador - séculos XVIII e XIX**. Campinas: Papyrus, 1999.

_____. Os aprendizes da guerra. In. DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 192-209.

SCHULZ, John. **O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894**. São Paulo: EDUSP, 1994.

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Maços do Arsenal de Guerra dos anos 1860,1861,1862,1863,1864,1864,1865,1866,1867,1868,1869,1870**. (Os documentos na época da pesquisa não estavam separados em um fundo). Porto Alegre, AHRGS.

HOME PAGES

ARANTES, Adlene Silva – Upe. **Educação de crianças desvalidas na Província De Pernambuco no Século XIX**; Gt-21: afro-brasileiros e educação. Agência Financiadora: Fundação Ford E Ação Educativa Disponível em: <<http://Www.Anped.Org.Br/Reunioes/31ra/1trabalho/Gt214093Res.Pdf>>. Acesso em: 27.mai.2010.

COSTA, Dora Isabel Paiva da. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.17, n.1/2, jan./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em 08.jun.2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Aprendizado de ofício e/ou de primeiras letras na Comarca Do Rio Das Velhas: conforme a lei determinava ou a vontade dos pais? 1750/1830**. Disponível em: <http://Www.Cerescaico.Ufrn.Br/Mneme/Anais/St_Trab_Pdf/Pdf_St1/Aleana_Moreira_St1.Pdf>. Acesso em: 28.mai.2010.

UNIVERSIDADE DE CHICAGO. **Provincial Presidential Reports (1830-1930)**. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/provopen.htm>>. Acesso em: 28.fev. 2008.

OBRAS CONSULTADAS

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 2004.

TORAL, André. **Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai (1864 a 1870)**. São Paulo, SP: Humanitas, 2001

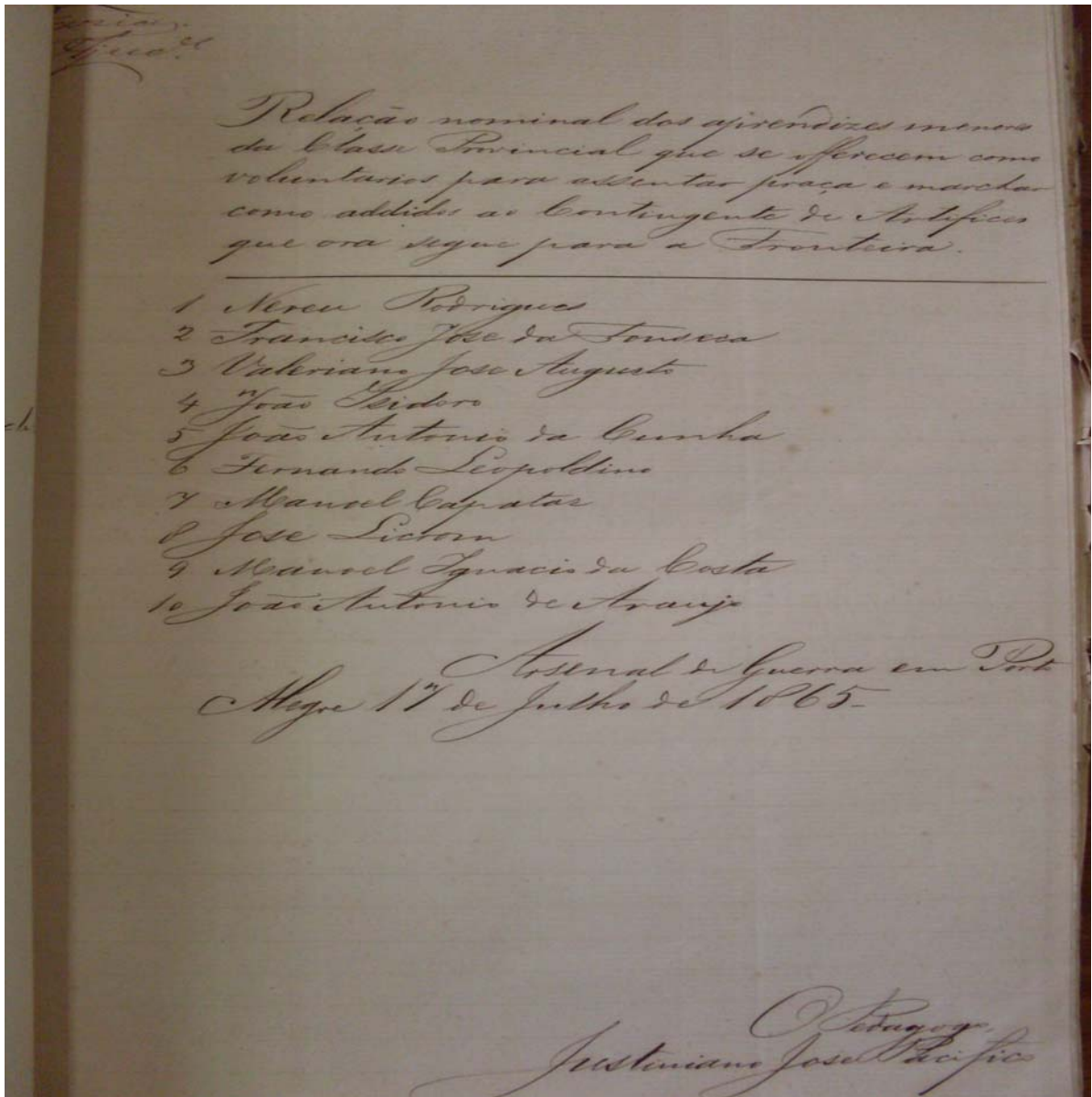
HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era do Capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2001.

MARCÍLIO, Maria Luiza (Prg.). **Família, mulher, sexualidade e igreja na história do Brasil**. São Paulo, SP: Loyola, 1993.

ANEXOS

ANEXO A



Fonte: AHRS – Maço do Arsenal de Guerra, de 17 de julho 1865.

ANEXO B

Mapa dos educandos da Classe Provincial com as alterações e correções no mez de Fevereiro proximo passado.

<i>Local</i>	<i>Allegueros</i>	<i>Portuguezos</i>	<i>De outros log. militares</i>	<i>Allegueros de alvarado</i>	<i>Total</i>	
<i>Arsenal de guerra em Porto Alegre</i> <i>1.º de Maio de 1864.</i>						<i>Alterações</i>
<i>Prompta</i>	35	0	7	52	<i>Hospital, e Pallas de m</i>	
<i>Com licença</i>						
<i>Ausentes</i>						
<i>Presentes</i>						
<i> No Hospital</i>	1			1		
<i> No Quartel</i>						
<i> Em casa</i>						
<i>Summa</i>	37	0	7	52		
<i>Falta para o completo</i>	3	12	3	18		
<i>Estado completo</i>	40	20	10	70		

Obrey

ANEXO C

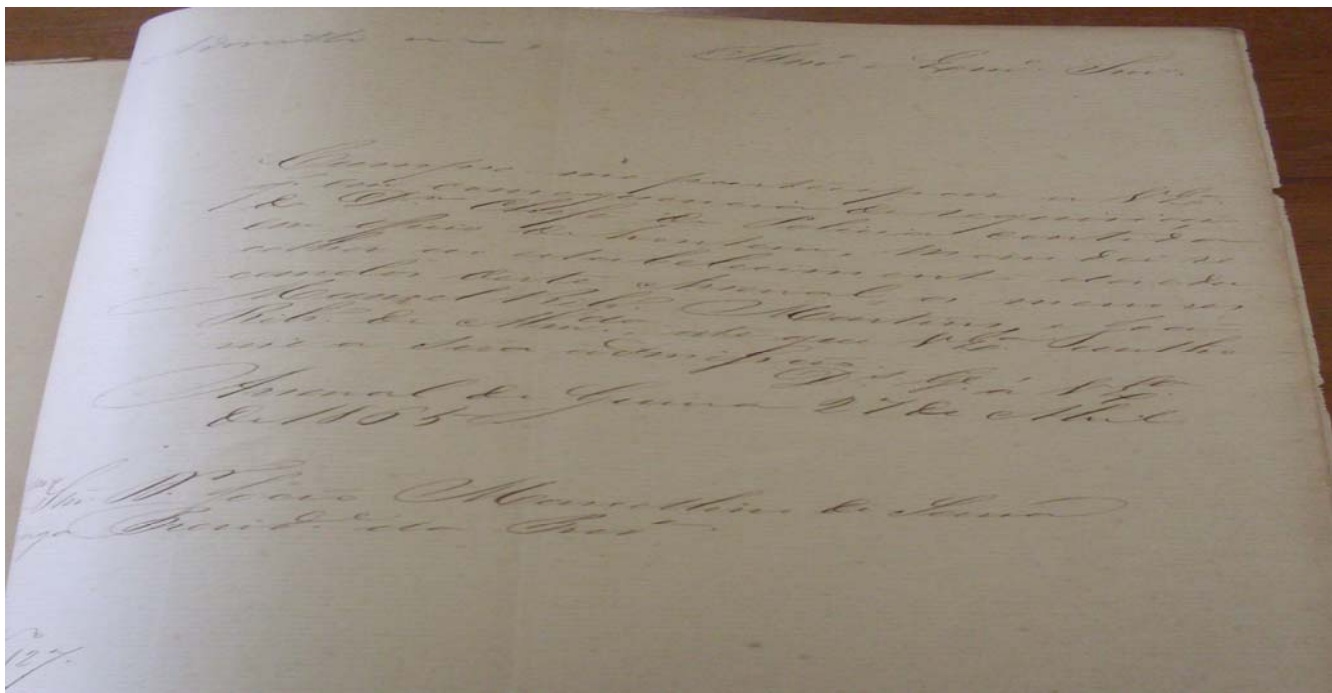
*Mapa dos Educandos menores da classe geral, com as allurações
que houverão no mes de Março proximo findo.*

		Menores	Total	
<i>Presentes</i>		34	34	
<i>Com licença</i>		1	1	
<i>Faltantes</i>	<i>No Hospital</i>	2	2	
	<i>No Quartel</i>	1	1	
	<i>Com casa</i>	1	1	
<i>Summa</i>		37	37	
<i>Falta para completo</i>		11	11	
<i>Costado completo</i>		30	30	

*Off. d.
Housaria 4 baixas ao Hosp.
e 3 baixas do mesmo
No 1º Batalhão Sarracoc de
M. 116º de 1802. Off. d.
nardo de 3 de Fevereiro de anno
proximo findo, e para Luiz
Givi de 12 de Maio ad
mesmo anno
Cidacoco
M.º Lopes Goffo Filho*

Fonte anexos B e C: AHRS, Maço do Arsenal de Guerra, 1864, 1º de março de 1864.

ANEXO D



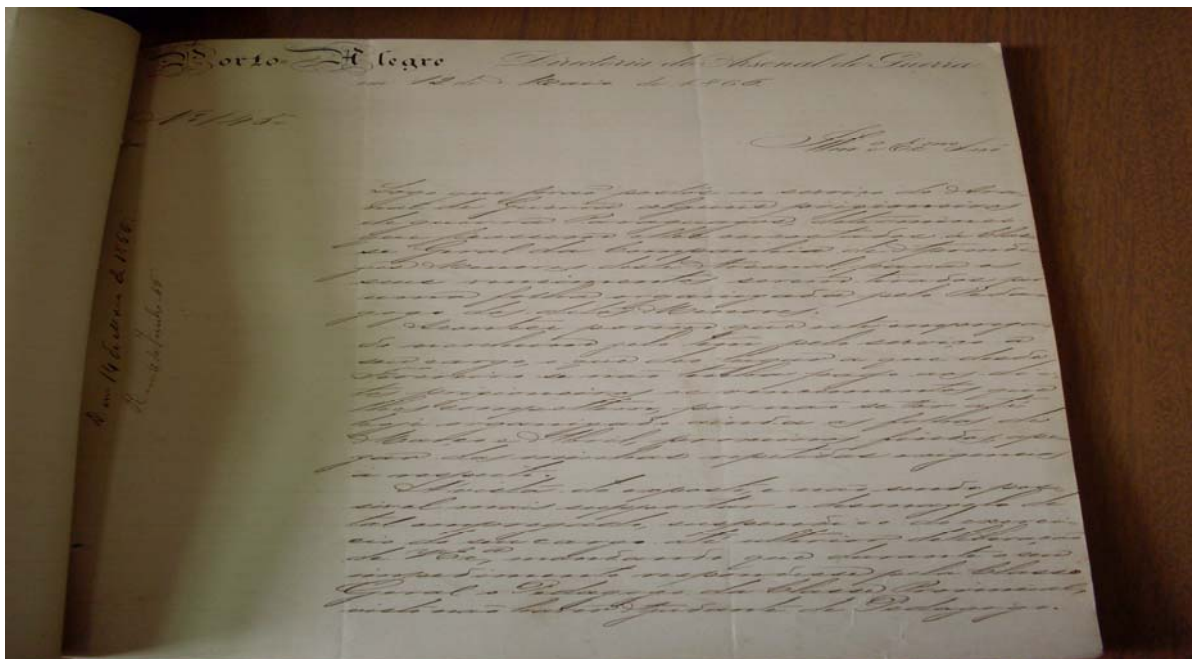
Fonte: AHRS, Maço Arsenal de Guerra, 1865, documento de 17 de abril de 1865.

ANEXO E

Alto Conselho
Com. de Guerra
Com. de Guerra
Compre me participou a H.ª
que o indigena José Duarte, ed.
cunha menor da Casa Imperial
al. fathera também da sociedade
escritas
Com. de Guerra a H.ª
Arma de Guerra no Porto
17 de Março de 1865
M.ª de S.ª D.ª D.ª D.ª D.ª D.ª
D.ª D.ª D.ª D.ª D.ª D.ª
1865
João de Barros e Sá

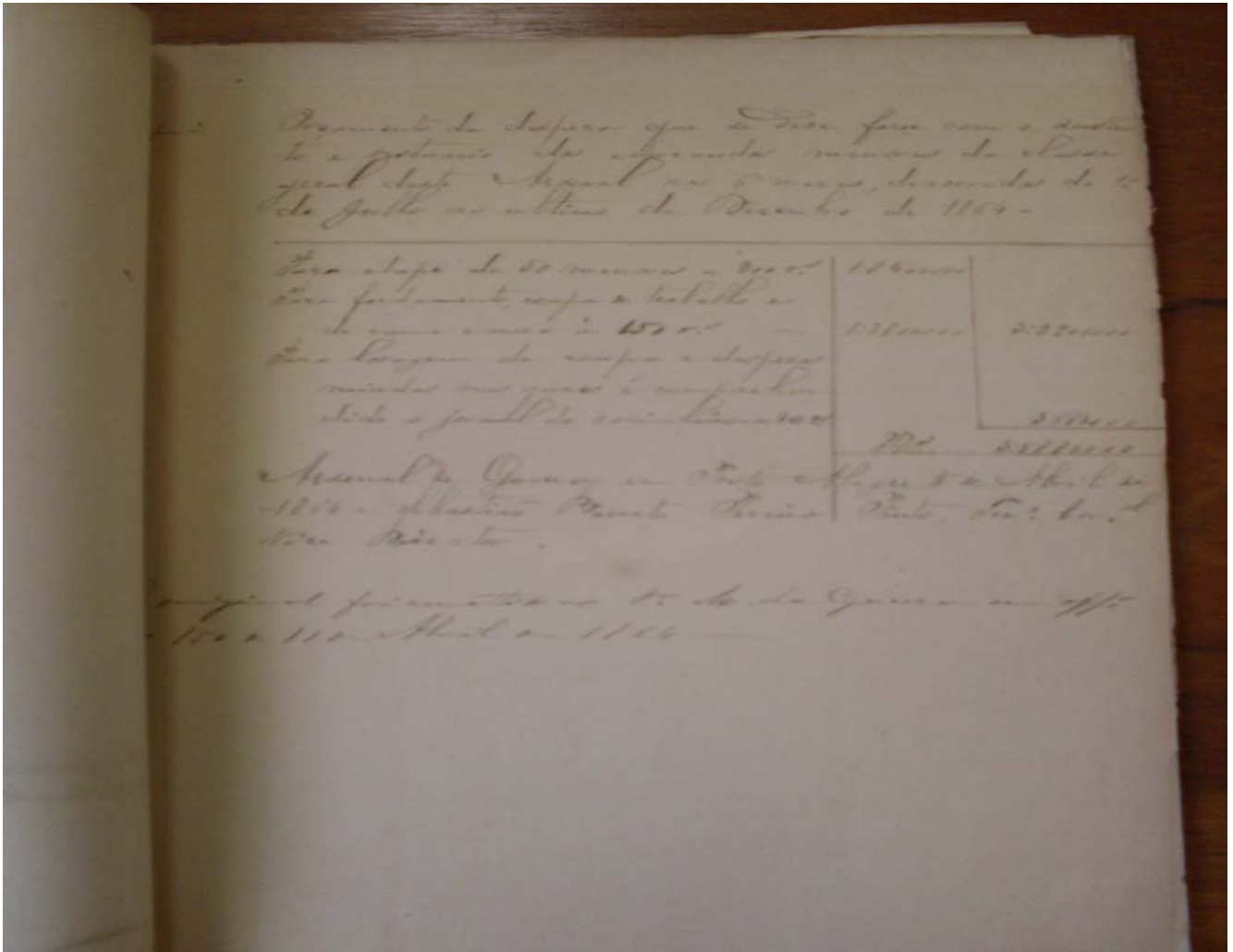
Fonte: AHRS, Maço do Arsenal de Guerra, 1865, 17 de março de 1865.

ANEXO F



Fonte anexo F: AHRs, Maço do Arsenal de Guerra, 12 de maio de 1865.

ANEXO G



Fonte anexo G: AHRS, Maço do Arsenal de Guerra, 11 de abril de 1866.

ANEXO H

M. e G. Sr. Thom. Joaquim e Marcos da He-
men de Netto

5.

Dero respeito e obsequioso
Cartão de N. G. de 5 de corren-
te, na qual N. G. me considera
afirm de sua jurat = o me em-
penho de defender as me pas pene-
teias, ameaçadas por um a inno-
vação estrangeira. Em respeito,
tanto de affiançar a N. G. que ja-
ri todo q. humanam. me for pos-
sível, p. corresponden as condi-
ções de N. G. vale m. tempo concen-
rar, como lido de a, na despo-
do me pro Território, e da Home o
nacional. Com de = me a' dis-
poricão de N. G. tanto a hanc-
ra id de

Pris G. 15 de
869-1867

Det. G. e Meito respici
Todo o G.
Thom. Aires da Silva Flor

Fonte: AHRS, Maço do Arsenal de Guerra, 15 de agosto de 1867.